



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo os dados do Gabinete para os Recursos Humanos, em 2013 registou-se um aumento de 26.196 trabalhadores não residentes (TNR), e em Junho deste ano registou-se um aumento de 34 116 em comparação com o período homólogo do ano passado, ou seja, um aumento diário de cerca de cem trabalhadores. Para dar resposta às necessidades de recursos humanos das empresas, o Governo autorizou, cegamente, a importação de elevada quantidade de mão de obra, o que para além de ter afectado os direitos, interesses e espaço de promoção dos trabalhadores locais, acarretou também grandes pressões ao nível da habitação, do trânsito e das instalações sociais. A sociedade está a sentir os efeitos negativos desta situação, uma vez que a nossa capacidade de acolhimento já ultrapassou os limites.

O Secretário para a Economia e Finanças, Francis Tam, afirmou várias vezes que pretende manter um equilíbrio dinâmico dos recursos humanos de Macau, e que já é grande a pressão para a habitação e as instalações sociais acarretada pela população activa neste momento, que regista aumentos anuais de cerca de 20 mil pessoas. O que há a fazer é ter em consideração a capacidade de acolhimento de Macau e não autorizar todos os pedidos de importação sem quaisquer limites e sem se olhar às quantidades. Na verdade, quando o Governo aprecia e autoriza os pedidos não tem em conta os sentimentos da população, nem sequer cria espaços para o desenvolvimento



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

profissional dos trabalhadores locais e nem lhes permite a escolha de emprego.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que os recursos humanos de Macau se dividem, praticamente, em três grupos: os finalistas das instituições de ensino superior que todos os anos terminam os cursos em Junho e Julho, os indivíduos que fixam residência em Macau através de “reunião familiar”, e os trabalhadores não residentes. Porém, este ano, só os trabalhadores não residentes aumentaram mais de 30 mil em comparação com o ano transacto, pondo em causa o tal equilíbrio de recursos humanos defendido pelo Governo, ou seja, “o aumento anual da população activa não exceder cerca de 20 mil pessoas”. O Governo procedeu a alguma análise para definir o limite máximo de importação de mão de obra ou trata-se apenas de uma “afirmação à toa”? Fez alguma estimativa sobre o limite máximo anual dessa importação para os próximos três anos?
2. Segundo o Governo, o aumento dos recursos humanos de Macau, quer por via da importação quer de outras formas, tem sempre sido ponderado com base na capacidade de acolhimento ao nível das instalações sociais, da habitação, do trânsito, etc.. Neste momento, a população entende que a capacidade de acolhimento de Macau já ultrapassou os limites. Porém, segundo os dados do Gabinete para



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

os Recursos Humanos, em Junho deste ano foram já autorizadas 191 312 quotas para importação de mão de obra, quotas essas que num curto espaço de tempo podem vir a registar um aumento de 40 mil. Afinal como é que se fez a estimativa sobre a nossa capacidade de acolhimento? O Governo deve fixar um limite e controlar a importação de mão de obra, a fim de dar resposta à insatisfação da população em relação aos elevados preços das habitações, à dificuldade em apanhar transportes, e à falta de espaço, entre outros, devido ao rápido aumento do número de trabalhadores não residentes. Vai fazê-lo?

- 
3. As empresas que contratam trabalhadores não residentes em número elevado devem assumir as responsabilidades com o seu alojamento e deslocações, a fim de reduzir os respectivos impactos para os nossos residentes. De que medidas concretas dispõe o Governo para o efeito?

7 de Agosto de 2014.

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lei Cheng I**